

O PERFIL DOS REPRESENTANTES ELEITOS PARA AS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS NO BRASIL

Cláudia HORTA¹
Kamila OLIVEIRA²
Simone DUFLOTH³
Maria Isabel RODRIGUES⁴
Luciana CUSTÓDIO⁵
Carla Cristina SOUZA⁶
Diego FREITAS⁷
Elisa ROCHA⁸

RESUMO: Este artigo tem como propósito caracterizar e comparar evolutivamente o perfil dos representantes eleitos do Poder Legislativo estadual ao longo do período compreendido entre 1998 e 2010. O estudo analisa o perfil dos deputados estaduais e distritais eleitos para as Assembleias Legislativas considerando as informações demográficas sobre sexo e idade; e informações sociais sobre grau de instrução e ocupação, a partir do levantamento documental oriundo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A análise do perfil dos deputados eleitos revela dados que conduzem a certas constatações de relevo para a ampliação do debate sobre a democracia representativa no Brasil. Analisando o resultado das eleições realizadas nos anos de 1998, 2002, 2006 e 2010, a pesquisa evidencia o predomínio do seguinte perfil de representantes eleitos para o Poder Legislativo estadual: sexo masculino, idade em torno dos 50 anos, escolaridade superior completo e ocupação declarada na categoria “membros superiores e dirigentes do Poder Executivo e Legislativo”.

PALAVRAS-CHAVES: Perfil dos deputados. Perfil das Assembleias Legislativas. Perfil dos eleitos.

Introdução

O Governo é entendido como o conjunto de órgãos mediante os quais a vontade do Estado é formulada, expressa e realizada. Para tanto, três funções diversas se distinguem: a função legislativa, a executiva e a jurisdicional. Cada uma delas é prioritariamente exercida

¹ FJP - Fundação João Pinheiro. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31275-150 - claudia.horta@fjp.mg.gov.br

² FJP - Fundação João Pinheiro. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31275-150. kamila.oliveira@fjp.mg.gov.br

³ FJP - Fundação João Pinheiro. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31275-150. simone.dufloth@fjp.mg.gov.br

⁴ FJP - Fundação João Pinheiro. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31275-150. isabel.rodrigues@fjp.mg.gov.br

⁵ FJP - Fundação João Pinheiro. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31275-150. luciana.custodio@fjp.mg.gov.br

⁶ FJP - Fundação João Pinheiro. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31275-150. carla.aguilar@fjp.mg.gov.br

⁷ SEE-MG - Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31630-900 - dierrog@gmail.com

⁸ FJP - Fundação João Pinheiro. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31275-150 - elisa.rocha@fjp.mg.gov.br

por poderes distintos, independentes e harmônicos entre si, conforme estabelece o texto constitucional brasileiro de 1988.

O Poder Legislativo tem como principal função o processo de elaboração de leis, sendo nesse processo que emergem, na arena política, os interesses públicos. Soma-se a esta função, outra importante que é a fiscalização do poder executivo principalmente quanto à responsabilidade fiscal.

No Brasil, o Poder Legislativo é representado, em âmbito federal, pelo Congresso Nacional e, em âmbito estadual, pelas Assembleias Legislativas que têm como papel principal a elaboração de leis, a partir das quais o poder executivo de cada estado praticará seus atos administrativos e o poder judiciário julgará. Diante disso, percebe-se a relevância dessa instituição para a unidade do Governo.

Em termos de estudo e pesquisas, existe no Brasil uma preocupação em acompanhar as atividades do Poder Executivo, bem como as habilidades dos representantes deste poder. Mas, com relação ao Poder Legislativo, existe ainda pouco interesse sobre suas atribuições, bem como sobre o legislador, no que se refere ao seu perfil e aos desafios exigidos em suas atribuições.

Vale ressaltar que a Assembleia Legislativa constitui-se de uma multiplicidade de representações políticas da sociedade na figura dos representantes eleitos.

Em geral, no Brasil, apesar de os partidos apresentarem procedimentos distintos para recrutamento e gerarem, assim, diferentes perfis de candidaturas, há tendência de homogeneização do perfil dos eleitos (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009).

No que tange à homogeneização, esses autores demonstram que os eleitores no Brasil possuem preferência a candidatos homens, com idade próxima de 50 anos, com alta escolaridade e patrimônio médio/médio alto. Tal padronização pode estar relacionada a uma questão cultural do eleitor ou à existência de maior disponibilidade de recursos de campanhas para esse segmento que, de antemão, já tenderia a sair vitorioso.

Entretanto, há que se levar em conta que o Brasil, dada sua extensão territorial e heterogeneidade na história de seu desenvolvimento, apresenta significativas diferenças regionais. Nesse contexto de análise, a existência de possível padrão brasileiro poderia ser expandido para as suas regiões ou existiriam diferenciais determinados pelas distintas características e peculiaridades regionais?

No Brasil, conforme Nicolau (2002), as evidências de personalização das campanhas são fortes. Cada candidato organiza sua campanha de maneira praticamente independente dos diretórios partidários. Como o desempenho do partido deriva em larga escala do sucesso dos

candidatos em obter votos, quando da organização das listas de candidatos, os partidos têm forte interesse de incluir indivíduos populares em seus ramos de atividade, mas não necessariamente com histórias de envolvimento em atividades partidárias (artistas, jogadores de futebol, radialistas, líderes religiosos, etc.) (NICOLAU, 2002).

Tudo isso reforça a necessidade de se conhecer os representantes eleitos no que tange ao perfil, até porque a escolha do representante somente é possível pela seleção de candidatos, o que ocorre pelos partidos políticos.

Não obstante essa necessidade de melhor conhecimento acerca do Legislativo, segundo Silveira (2009), no que concerne a esse Poder, há profundo desconhecimento, desinteresse e desatenção quanto às atribuições e, portanto, ao poder que o Legislativo detém. Isso pode gerar o que o autor chama de um “véu protetor da invisibilidade pública”, justamente em função da percepção política por parte do eleitorado ou do próprio desconhecimento em relação aos representantes eleitos.

Diante do exposto, o presente artigo tem como propósito caracterizar e estabelecer comparação do perfil do candidato eleito para as assembleias legislativas estaduais brasileiras, ao longo do período compreendido entre os anos de 1998 e 2010. O estudo analisa o perfil dos eleitos, considerando as informações demográficas quanto ao sexo, idade e informações sociais sobre o grau de instrução e a ocupação dos mesmos. Além disso, analisa, de forma sucinta, a eventual existência de padrões diferenciados no perfil do candidato eleito em cada uma das grandes regiões brasileiras na eleição de 2010.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de maior conhecimento acerca do perfil dos deputados estaduais e distritais eleitos, no intuito até de subsidiar o eleitor para a tomada de decisão acerca de seus representantes, nos processos eleitorais futuros.

Referencial teórico

Segundo Silva (2002), a eleição constitui um concurso de vontades juridicamente qualificadas, cujo objetivo é operar a designação de um titular de mandato eletivo. Neste contexto, o eleitor possui aptidão e capacidade jurídica para participar da escolha de representantes que exerçam, em seu nome, cargo ou função pública (SANTANA, 2008).

Pela eleição, inicia-se a fruição do mandato político representativo, que, tecnicamente, é geral, livre e irrevogável. É geral porque o eleito representa todas as pessoas do território nacional; é livre porque os representantes não estão juridicamente vinculados aos seus eleitores, dos quais não recebem instruções e, em os recebendo, não estão compelidos a

atendê-las; e é irrevogável porque o eleito tem o direito de manter o mandato durante todo o tempo previsto para sua duração, ressaltando-se as hipóteses de perda de mandato previstas na Constituição (SILVA, 2002).

Porém, de acordo com Magalhães (2002), apesar de no conceito tradicional de representação, o povo atuar por intermédio de seus representantes eleitos, atualmente, com a ideia de democracia participativa, não se pode aceitar que essa mera representatividade seja efetivamente democrática. No entanto, torna-se relevante a análise acerca do perfil dos representantes eleitos no Brasil, no sentido de verificar em que medida, tais eleitos, de fato, representam a diversidade e as demandas da sociedade.

Nesse sentido, no que tange ao gênero, pesquisas e dados referentes à participação da mulher na política, não apenas brasileira, mas de uma maneira geral, mostram que as mulheres continuam a ser sub-representadas nos parlamentos e órgãos legislativos, demonstrando uma desigualdade no campo político que também é reflexo de desigualdade no campo social e econômico. Conforme Matos (2009, p.1), “[...] as democracias ocidentais definiram espaços e conquistaram direitos de modo completamente assimétrico para homens e mulheres, instaurando e perpetuando profundas desigualdades políticas.”

De acordo com dados disponibilizados pela União Interparlamentar (IPU, 2012), por meio do Programa para Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD, 2011) e pela Social Watch (2012), o Brasil encontra-se em posição crítica, quando se refere à equidade entre homens e mulheres e à representação da mulher nos parlamentos. Com índices diferentes, os dados apresentados por tais instituições demonstram que, não obstante significativos avanços obtidos pelas mulheres, desde a conquista do direito ao voto, em 1932, há ainda longo caminho a ser percorrido para alcançar efetiva igualdade de direitos e de representação política por parte das mulheres. Corroborando esses dados, Alves e Cavenaghi (2008) afirmam que o Brasil ainda se encontra na retaguarda mundial no que tange ao empoderamento das mulheres em seus índices de participação da mulher na política.

Feitosa (2012), ao tratar da participação política das mulheres nas eleições de 2010, mais especificamente no que se refere à Câmara dos Deputados, observou incremento no número de candidatas ao cargo de Deputada Federal. Contudo, Feitosa (2012) destaca que tal incremento reflete tentativa ainda insuficiente dos partidos políticos cumprirem as cotas.

Matos (2009) afirma que existe um conjunto de obstáculos para a participação da mulher na política. De maneira geral, estes obstáculos podem ser consolidados em três níveis – micro, sociológico e político – que, embora didaticamente separados, atuam de forma simultânea e complementar.

De acordo com Matos (2009, p.4), o nível micro é o nível que

[...] reflete o quão amigável ou refratário o ambiente político imediato se coloca àquela candidatura em questão, bem como o quanto há, de fato, pela estimativa das candidatas/eleitas, de recursos subjetivos/pessoais, econômicos e coletivos a serem destinados ou gerados para auxiliar na já antecipada difícil disputa.

No nível micro, tem-se a limitada autonomia feminina para se engajar na disputa por um cargo eletivo. Esta autonomia refere-se tanto àquela própria e pessoal, relacionada ao uso do próprio corpo, quanto ao estereótipo da mulher cuidadora, atrelado ao ambiente doméstico e privado (MATOS, 2009). Tal situação é corroborada por Bourdieu (2011) que afirma que historicamente as mulheres são associadas às funções que se situam no prolongamento das funções domésticas, como ensino, cuidado e serviço.

No nível sociológico, encontram-se desigualdades na distribuição de poder e na possibilidade de tomada de decisão, por parte das mulheres, em diferentes âmbitos que vão desde o doméstico até o político-institucional (MATOS, 2009). Neste nível, destaca-se ainda, conforme Oliveira (2013), ações de discriminação e opressão no plano pessoal, social e institucional, destacando questões como assédio moral, ausência de voz, desinteresse, além da descrença acerca do sucesso das candidaturas femininas. “Tratam-se, portanto, de questões relacionadas às interações sociais e na relação da mulher com terceiros, seja família, vizinhos, eleitorado e outros partidários ou candidatos.” (OLIVEIRA, 2013, p 16).

Quanto ao terceiro e último nível - o nível político - de acordo com Matos (2009), os espaços político-partidários são vistos pela mulher muito mais como obstáculo do que como ambiente democrático e de apoio. Nessa questão, destaca-se também a persistência de forte elemento político tradicional, clientelista, conservador e patrimonial.

Neste sentido, Feitosa (2012) destaca que uma barreira encontrada pelas mulheres reside no fato de muitos homens com carreiras políticas consolidadas conseguirem facilmente se reeleger. Argumenta ainda que “aliada a isso, a possibilidade de reeleição é um fator de conservação da composição de gênero/geração e um obstáculo à renovação, prejudicando as mulheres que buscam ingressar na arena política institucional”.

Por fim, além das dificuldades apresentadas, cabe ainda registrar que permanece um preconceito do eleitorado em relação à mulher (OLIVEIRA, 2013). Esse preconceito manifesta-se, principalmente, pelo eleitorado feminino que também é influenciado pela cultura patriarcal, conservadora, e, muitas vezes, por forças religiosas sejam católicas ou protestantes que reforçam a subalternização da mulher (MATOS, 2009).

No que tange à escolaridade, pesquisas demonstram que há tendência de representação, por pessoas com alta escolaridade, no conjunto dos candidatos e, conseqüentemente, no total dos eleitos para as instâncias políticas (RANNEY, 1965).

Segundo Ranney (1965) e Norris e Lovenduski (1995), essa tendência pode ser explicada pela própria demanda dos selecionadores, ou seja, pelos próprios partidos políticos, que preferem aqueles com nível educacional mais elevado, posto que escolaridade denota habilidade, capacidade técnica, além de prestígio social.

Ademais, Norris e Lovenduski (1995) também lembram que estudos sobre participação política mostram que a educação é um dos principais requisitos para o ativismo, pois proporciona conhecimento e interesse político.

No que tange às profissões e ocupações dos representantes eleitos, tem-se participação expressiva de representantes eleitos que se declaram profissionais das ciências e das artes, incluindo as ciências jurídicas. Rodrigues (2002) destaca que essas profissões e ocupações são as que aperfeiçoam as habilidades de expressão, de convencimento, de sedução, de argumentação e de aperfeiçoamento da arte oratória, instrumento essencial para conquistar adeptos e assegurar posição de liderança entre os próprios integrantes da classe política. Para o autor, não há futuro para o político profissional sem o domínio da oratória. Apesar dos dotes individuais sempre necessários, algumas profissões qualificam melhor para os debates parlamentares e públicos - particularmente o caso dos bacharéis em Direito.

Ainda quanto à ocupação dos representantes eleitos, analisando a eleição de 2006 para a Câmara dos Deputados, Braga, Veiga e Miríade (2009) chamam atenção para a proeminência dos eleitos que se declararam “políticos”, em relação aos demais profissionais, representando 40% a 50% dos eleitos.

No que se refere a esta “carreira parlamentar”, Santana (2008) realiza análise no padrão dessa carreira nos países da América Latina. A autora propõe a utilização de tipologia que trata do grau em que os políticos eleitos tentam se eleger novamente. Tem-se, segundo esta classificação, diferentes níveis de ambição relacionados ao cargo que se pretende ocupar. São elas: ambição regressiva, ambição estática, ambição progressiva e ambição dinâmica.

Na *ambição estática*, deve ser considerado o desejo, tendência ou frequência de um político concorrer à reeleição, isto é, sua ambição é de ficar no mesmo posto para o qual foi eleito. Não havendo restrições à possibilidade de se reeleger para a Câmara dos Deputados ou mesmo para o Senado, essa ambição se traduz na construção de carreira legislativa, o que tende a contribuir para maior especialização, domínio das regras e procedimentos da organização legislativa pelos parlamentares.

Schlesinger (apud SANTANA, 2008) define o avanço do deputado para cargo considerado mais “alto”, como sendo *ambição progressiva*. Como cargos mais altos no caso dos países em estudo: (a) Presidência da República (Presidente ou Vice), (b) Governos estaduais ou provinciais (Governador ou Vice), (c) Prefeituras de “grande porte”, ou seja, capitais de Estados, Províncias ou Departamentos, (d) Senado da República, (e) Ministro de Estado ou primeiro escalão na administração do Governo (Exemplo: Presidente Banco Central). Assim como o avanço que certos políticos fazem para a Câmara dos Deputados provenientes dos seguintes cargos: (a) Legislativos em unidades subnacionais, ou (b) cargos no Executivo municipal, desde que não seja capital da unidade subnacional, ou cargos não eletivos das províncias, Estados e municípios.

A *ambição regressiva* compreende a volta dos deputados para cargos “mais baixos” ou de menor prestígio. Tal movimento seria expresso pela saída do Legislativo em âmbito nacional e retorno para o Legislativo em unidades subnacionais, ou para cargos no Executivo com menor prestígio e disponibilidade de recursos, como, por exemplo, prefeituras ou postos não eletivos nas unidades subnacionais de porte médio ou pequeno e com pouca visibilidade regional ou nacional.

Como contribuição para com a literatura, Santana (2008) propõe uma quarta caracterização, a qual denominou de *ambição dinâmica*. Tal comportamento é típico do parlamentar que não possui objetivos bastante definidos de carreira na Câmara dos Deputados e nem em arenas externas ao Legislativo. Sua meta pode ser simplesmente se manter na arena legislativa, revezando entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou mesmo entre a Câmara dos Deputados e outros postos eletivos, sendo que sua ambição não ocorre apenas em sentido único. Nesse último caso, pode-se inferir que seu objetivo é se manter, de alguma maneira, em instâncias de poder instituídas em âmbito eleitoral, não importando o cargo.

A autora defende que a denominação *ambição dinâmica* pode ser também utilizada como forma de qualificar o comportamento político em países onde há pouca disponibilidade de cargos a serem disputados no País, ou seja, quando o político tem apenas como oportunidade de carreira a rotatividade entre os cargos existentes, como forma de manter-se na atividade política, sem condições de vislumbrar certo tipo de ascensão política.

No Brasil, conforme assevera Santana (2008), o federalismo é a variável que mais afeta o tipo de ambição política dos legisladores brasileiros e mesmo assim, a taxa de permanência na Câmara dos Deputados pode ser considerada moderada. Não há uma alta taxa de renovação legislativa que possa comprometer a qualidade dos trabalhos parlamentares.

Metodologia

Para o desenvolvimento do trabalho, com o objetivo de conhecer e analisar comparativamente o perfil dos representantes eleitos nas Assembleias Legislativas Brasileiras foram utilizadas as informações do levantamento documental oriundo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), das eleições realizadas nos anos de 1998, 2002, 2006 e 2010⁹.

O repositório de dados eleitorais por meio da ferramenta “Consulta de Candidaturas”, disponibilizado em formato de arquivo de dados, permite selecionar e analisar as variáveis de interesse específico do presente estudo, quais sejam: sexo, idade, escolaridade e ocupação¹⁰.

A base de dados foi avaliada e criticada, e um conjunto de tabelas e gráficos foi elaborado empregando diretamente as informações declaradas pelos candidatos no momento do seu registro junto ao TSE. Para a análise das ocupações, foram estabelecidas categorias ocupacionais definidas adotando-se critérios previamente determinados, empregando-se a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)¹¹.

O conceito de ocupação e emprego¹² ou situação de trabalho¹³ sustentam a construção da nomenclatura da CBO 2002. A nomenclatura ou estrutura da CBO, utilizada na função enumerativa, é uma estrutura hierárquico-piramidal, composta pelo seguinte conjunto de códigos e títulos: 10 grandes grupos (GG), 48 subgrupos principais (SGP), 192 subgrupos (SG) e 607 grupos de base ou famílias ocupacionais (SG), onde se agrupam 2.511 ocupações e cerca de 7.419 títulos sinônimos.

Os grandes grupos formam o nível mais agregado da classificação. Comportam dez conjuntos, agregados por nível de competência¹⁴ e similaridade nas atividades executadas, conforme tabela 7. O 2º dígito refere-se ao subgrupo principal e foi criado para melhorar o equilíbrio hierárquico entre o número de grandes grupos e subgrupos e aprimorar as

⁹ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

¹⁰ Ressalta-se que serão analisados os dados dos deputados estaduais direta e efetivamente eleitos pelo voto popular não se estendendo a análise àqueles que ocuparam e/ou ocupam tais cargos legislativos através do voto recebido pelas legendas partidárias às quais são filiados. Em outras palavras, são objeto de análise desta pesquisa somente aqueles que representam a vontade direta do eleitor.

¹¹ A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o documento normalizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Apresenta a codificação dos empregos e de outras situações de trabalho para fins estatísticos de registros administrativos, censos populacionais e outras pesquisas domiciliares (função enumerativa), além de inventariar detalhadamente as atividades realizadas no trabalho, os requisitos de formação e experiência profissionais e as condições de trabalho (função descritiva).

¹² Ocupação é a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas.

¹³ Emprego ou situação de trabalho é um conjunto de atividades desempenhadas por uma pessoa, com ou sem vínculo empregatício. Esta é a unidade estatística da CBO.

¹⁴ Nível de competência: é função da complexidade, amplitude e responsabilidade das atividades desenvolvidas no emprego ou outro tipo de relação de trabalho. Na categorização da CBO a definição de “competência” é pontuado mais fortemente pela complexidade das atividades exercidas que do nível de escolaridade.

agregações por domínio. Em função do fato de que nem todos os candidatos terem declarados suas ocupações, foram criados ainda mais três grandes grupos. O grande grupo 10, formado por servidores públicos, o grande grupo 11, composto por aqueles que se declararam aposentados e o grande grupo outros, que abarca as donas de casa, estudantes, bolsistas, estagiários e assemelhados, fiscais, industriais e ocupantes de cargos em comissão.

Tabela 1 - CBO 2002 - Grandes Grupos/Títulos e Nível de competência

CBO 2002 - Grandes Grupos / Títulos	Nível de Competência
0 Forças Armadas, policiais e bombeiros militares	Não definido
1 Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	Não definido
2 Profissionais das ciências e das artes	4
3 Técnicos de nível médio	3
4 Trabalhadores de serviços administrativos	2
5 Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	2
6 Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	2
7 Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2
8 Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2
9 Trabalhadores de manutenção e reparação	2

Fonte: BRASIL (2010).

O perfil dos representantes eleitos nas Assembleias Legislativas Brasileiras

Com o propósito de caracterizar e estabelecer comparação do perfil do candidato escolhido pelos eleitores ao longo do período compreendido entre os anos de 1998 e 2010, o estudo analisou o perfil dos deputados estaduais e distritais eleitos para as Assembleias Legislativas considerando as informações demográficas quanto ao sexo e idade; e informações sociais sobre grau de instrução e ocupação.

Diversidade de gênero: a participação das mulheres na representação política

Os resultados mostram que as mulheres continuam a ter sub-representação da esfera política mesmo sendo atualmente parcela importante da população brasileira. Apesar de se observar que 51,9% do eleitorado brasileiro são formados de mulheres, parcela pouco expressiva dos representantes eleitos para as Assembleias Legislativas estaduais e distritais é do sexo feminino. Tal fato vem corroborar estudos correlatos que apontam diferenciais significativos em termos de sexo dos candidatos eleitos (OLIVEIRA, 2013). Nessa direção, autores como Braga, Veiga e Miríade (2009) questionam se o baixo contingente de mulheres

eleitas não se justificaria pela própria demanda dos eleitores, que ainda não consideram a opção de votar em mulheres, preferindo o voto nos homens. Bolognesi (2012, p.126) conclui que o tímido cenário da participação feminina “[...] é em parte explicado pela falta de incentivo e motivação – objetiva e subjetiva – com que as mulheres têm de lidar para adentrar no meio político, bem como na falta de sanção em relação às cotas.”

Araújo (2009) citado por Santos, Almeida de Paula e Seabra (2012) traz que fatores econômicos, socioculturais e institucionais interferem na elegibilidade das mulheres. A autora ainda acrescenta que em estados menores e menos desenvolvidos as mulheres têm mais chances de se elegerem para as casas legislativas.

A pesquisa desenvolvida evidencia a predominância de Deputados eleitos do sexo masculino. O levantamento de dados da pesquisa mostra que em 2010, apenas 13,02% dos eleitos para as Assembleias legislativas estaduais e distritais no Brasil eram mulheres. Mais ainda, entre 1998 e 2010, aumenta o percentual de mulheres, entretanto não se verifica um padrão de crescimento ao longo das quatro últimas eleições (Tabela 2).

Tabela 2 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo sexo 1998, 2002, 2006 e 2010

Ano	Sexo	
	Feminino	Masculino
1998	10,11	89,89
2002	13,35	86,65
2006	11,66	88,34
2010	13,02	86,98

Fonte: Elaboração própria com dados básicos do Tribunal Superior Eleitoral.

Regionalmente, observam-se, no País, diferenciais importantes. Na última eleição, as regiões Nordeste e Norte destacavam-se dentre as demais em termos de representação feminina - 16,61% e 16,23%, nessa ordem -, corroborando estudos já realizados. Costa (1998), por exemplo, aponta que a região Nordeste é historicamente aquela que apresenta maior quantidade de mulheres eleitas se comparadas às demais regiões do Brasil, e que essa representação pode estar relacionada ao papel desempenhado pela mulher na região. Em seguida, as regiões Sul e Sudeste, com percentuais menos significativos – 11,94% e 10,00%, respectivamente. A região Centro Oeste, por sua vez, destaca-se pela baixa representatividade feminina nas assembleias legislativas, formada por apenas 5,38% de mulheres.

Impacto da idade do candidato sobre as escolhas do eleitor

A idade pode dar uma ideia da experiência de vida do Deputado e ser determinante na sua escolha pela sociedade. Os resultados apontam que a faixa etária que comporta o maior número de eleitos está entre 40 e 59 anos com aproximadamente 65,00% do total. Vale destacar que, ao longo das últimas eleições, vem aumentando gradativamente o percentual dos deputados nas idades mais avançadas. A participação do grupo etário de 55 a 59 anos, no referido grupo aumentou continuamente – 8,21% em 1998, para 13,12% em 2010 -, enquanto que o grupo etário de 40 a 44 anos vem apresentando percentuais menores – 20,95% em 1998 para 13,34% em 2010. Para todos os grupos etários, a partir dos 50 anos, o percentual em 2010 é maior que em 1998 (Tabela 3).

Tabela 3 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo grupos etários 1998, 2002, 2006 e 2010

Ano	Grupo etário													Total
	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 e mais	
1998	1,37	3,05	7,05	17,37	20,95	20,63	14,95	8,21	3,47	1,58	1,26	0,11	0,00	100,00
2002	1,72	3,56	5,82	17,03	21,23	20,58	13,47	9,38	3,77	2,16	0,75	0,54	0,00	100,00
2006	0,86	4,75	6,91	10,04	19,33	18,36	19,44	9,61	6,37	2,81	0,86	0,43	0,22	100,00
2010	1,08	3,47	8,24	9,54	13,34	20,07	18,22	13,12	6,83	3,80	1,63	0,43	0,22	100,00

Fonte: Elaboração própria com dados básicos do Tribunal Superior Eleitoral

O padrão de distribuição segundo idade dos deputados e deputadas é bastante similar, com algumas peculiaridades. De forma geral, observa-se que os deputados eleitos tinham majoritariamente idades entre 40 e 59 anos. Enquanto, para os homens, esse percentual, muito próximo da média total, praticamente não se altera ao longo das últimas quatro eleições. Para as mulheres, a concentração de deputadas nesse grupo etário aumentou ao longo do tempo, partindo de patamar também próximo da média total em 1998 para 70,00% na última eleição (Tabela 4).

Tabela 4 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo grupos etários e sexo 1998, 2002, 2006 e 2010

Sexo	Grupo etário													Total
	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 e mais	
1998														
Feminino	1,04	5,21	9,38	14,58	26,04	19,79	14,58	5,21	3,13	1,04	0,00	0,00	-	100,00
Masculino	1,41	2,81	6,79	17,68	20,37	20,73	14,99	8,55	3,51	1,64	1,41	0,12	-	100,00
2002														
Feminino	0,81	2,42	5,65	16,94	20,16	21,77	13,71	9,68	4,84	1,61	1,61	0,81	-	100,00
Masculino	1,87	3,73	5,85	17,04	21,39	20,40	13,43	9,33	3,61	2,24	0,62	0,50	-	100,00
2006														
Feminino	0,93	6,48	5,56	8,33	23,15	16,67	19,44	10,19	6,48	1,85	0,93	0,00	0,00	100,00
Masculino	0,86	4,52	7,09	10,27	18,83	18,58	19,44	9,54	6,36	2,93	0,86	0,49	0,24	100,00
2010														
Feminino	0,83	1,67	4,17	10,00	20,00	23,33	9,17	17,50	6,67	5,83	0,83	0,00	0,00	100,00
Masculino	1,12	3,74	8,85	9,48	12,34	19,58	19,58	12,47	6,86	3,49	1,75	0,50	0,25	100,00

Fonte: Elaboração própria com dados básicos do Tribunal Superior Eleitoral.

O envelhecimento da estrutura etária dos deputados tem como consequência o aumento da idade média. Em 1998, estava em torno dos 45 anos, crescendo paulatinamente nas eleições seguintes, chegando, em 2010, a uma idade média próxima dos 48 anos.

Tabela 5 – Brasil: Idade média dos Deputados Estaduais e Distritais eleitos 1998, 2002, 2006 e 2010

Ano	Idade média
1998	44,97
2002	45,22
2006	46,77
2010	47,85

Fonte: Elaboração própria com dados básicos do Tribunal Superior Eleitoral.

É interessante observar que, regionalmente, os diferenciais em termos de idade média são pouco significativos. Nas regiões Sul e Sudeste, observou-se, na eleição de 2010, as maiores médias (em torno dos 49 anos). Em seguida, as regiões Centro Oeste e Nordeste – 48 e 47 anos, respectivamente. Num patamar inferior às demais, encontra-se a região Norte, com idade média dos deputados eleitos de 45 anos.

O fenômeno da transição demográfica poderia explicar em parte tal constatação. A queda dos níveis de fecundidade, mais intensamente, e dos níveis de mortalidade ao longo das últimas décadas desencadeou acentuado processo de envelhecimento populacional.

Os resultados apontam ainda que, tanto para os deputados como para as deputadas, a idade média também aumentou durante o período - resultado das mudanças observadas na

composição segundo grupos etários -, entretanto com inversão em termos de posição comparativa.

Tabela 6 – Brasil: Idade média dos Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo sexo 1998, 2002, 2006 e 2010

Ano	Sexo	
	Feminino	Masculino
1998	43,32	45,15
2002	46,14	45,08
2006	46,33	46,78
2010	48,44	47,76

Fonte: Elaboração própria com dados básicos do Tribunal Superior Eleitoral.

Na eleição de 1998, os deputados eram, em termos médios, mais velhos que as deputadas (em torno de 45 anos e 43 anos, respectivamente). O aumento do peso do grupo etário de 40 a 59 anos diferenciado para as deputadas, destacado anteriormente, tem como resultado o aumento mais significativo na idade média (Tabela 6).

Diferenciais de grau de instrução na escolha dos eleitores

Se a educação é um dos principais requisitos para o ativismo, propiciando conhecimento e interesse político, as bancadas estaduais e distritais caminham progressivamente nesse sentido. Na eleição de 1998, 63,69% dos deputados estaduais e distritais declararam ter nível de escolaridade superior completo. Ao longo das últimas eleições, esse percentual vem aumentando paulatinamente, alcançando, em 2010, o patamar de 70,07% do total dos eleitos, o que poderia ser explicado, primeiramente, pela própria seleção partidária dos candidatos e, por outro lado, pela preferência dos eleitores por candidatos com curso superior.

Analisando os candidatos na eleição de 2010, Speck e Sacchet (2012) concluem que a instrução tem impacto sobre o sucesso eleitoral. A chance cresce à medida que o nível de instrução aumenta, chegando a sete vezes maior para aqueles candidatos com formação universitária completa.

Dessa forma, pessoas com baixa escolaridade têm, a princípio, menores chances de serem eleitos para deputado estadual ou distrital. Na última eleição, do total de deputados,

5,21% não tinham segundo grau completo¹⁵. Há que se destacar que esse grupo representa, em termos percentuais, nesse ano, metade daquele observado em 1998 (Tabela 7).

Tabela 7 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo escolaridade 1998, 2002, 2006 e 2010

Ano	Nível de escolaridade							Total
	Lê e escreve	1º Grau incompleto	1º Grau completo	2º Grau incompleto	2º Grau completo	Superior incompleto	Superior completo	
1998	0,32	2,76	2,65	3,40	16,77	10,40	63,69	100,00
2002	0,55	3,49	2,29	3,60	13,97	13,32	62,77	100,00
2006	0,11	1,73	4,43	2,16	13,71	10,58	67,28	100,00
2010	0,11	0,87	3,36	0,87	13,34	11,39	70,07	100,00

Fonte: Elaboração própria com dados básicos do Tribunal Superior Eleitoral.

Analisando apenas os percentuais de deputados que declararam ter curso superior completo segundo grandes regiões e sexo, evidenciam-se interessantes constatações. Primeiramente, verifica-se que, na eleição de 2010, destacam-se as regiões Sudeste e Nordeste – 73,33% e 71,10% - ambos acima da média nacional. Na sequência, as regiões Sul e Centro Oeste, com 69,40% e 68,82% respectivamente, e, finalmente, a região Norte que representa o menor percentual de deputados com nível superior de escolaridade declarado (64,29%). A chamada elite política não é um retrato da população brasileira. Como destaca Speck e Sacchet (2012), “ela segue um perfil próprio e, nas regiões menos ricas, se destaca por um perfil de instrução que supera os competidores nas regiões economicamente mais prósperas”.

No que se refere à comparação segundo sexo para o total do País, evidencia-se, inicialmente o elevado nível de escolaridade para aqueles eleitos nas quatro últimas eleições e, em segundo lugar, o maior nível de escolaridade das mulheres comparativamente aos homens. Tais percentuais crescem de forma sistemática e significativa para ambos os sexos. Na última eleição o percentual de deputados e deputados com nível superior completo era, respectivamente, de 68,95% e 77,50%.

Tabela 8 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos com superior completo 1998, 2002, 2006 e 2010

Sexo	Superior completo			
	1998	2002	2006	2010
Feminino	70,83	70,97	73,15	77,50
Masculino	62,30	60,50	66,50	68,95

Fonte: Elaboração própria com dados básicos das tabelas 5 a 8 (Anexo estatístico).

Diferenciais de ocupação na escolha dos eleitores

¹⁵ Inclui os deputados que declararam: Lê e escreve ou 1º grau incompleto ou 1º grau completo ou 2º grau incompleto.

A análise das ocupações declaradas pelos deputados estaduais e distritais eleitos nas quatro últimas eleições evidencia importantes mudanças quando analisadas segundo categorias ou grupos ocupacionais.

Ao longo do período, os “profissionais das ciências e das artes” apresentaram participação expressiva dentre as ocupações declaradas pelos candidatos eleitos, entretanto, com clara tendência de redução. No ano de 1998, esse grupo representava a maioria dos eleitos (41,58%), com destaque para os “profissionais das ciências biológicas”, da saúde e afins (13,47%) e os “profissionais das ciências jurídicas” (11,26%) – padrão que se repetiu ao longo dos pleitos analisados. Como discutido anteriormente, são ocupações que aperfeiçoam as habilidades de expressão, de convencimento, de sedução, de argumentação e da arte da oratória (RODRIGUES, 2002).

Nas eleições seguintes, o percentual foi se reduzindo, chegando, em 2010, ao patamar de 24,62%. Desde 2006, os “profissionais das ciências e das artes” deixam a posição de principal ocupação dando lugar aos “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse político e de empresas e gerentes”.

Tal constatação é relevante, tanto pelo fato do significativo crescimento da participação do referido grupo ao longo das últimas quatro eleições quanto pela importância relativa observada no ano de 2010. Entre 1998 e 2010, o percentual de eleitos que se declararam como “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse político e de empresas e gerentes” praticamente dobra. Na última eleição, caracterizam-se por representar mais da metade dos eleitos (56,51%). Ressalta-se nesse grupo, ainda, a maciça participação daqueles que se declararam “membros superiores e dirigentes do poder executivo e legislativo” – constituído basicamente de deputados e vereadores. Na eleição de 1998, eram 17,05% passando para 47,61% em 2010. Importante se faz destacar que os deputados sempre representaram a maioria nesse grupo – mais de 70% desse total. Como apontado, dados para a eleição de 2006 para a Câmara dos Deputados também evidenciavam tal constatação (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009).

Juntos, os dois grupos ocupacionais considerados acima, concentravam a maioria dos eleitos das Assembleias entre 1998 e 2010. Apesar da posição relativa pouco significativa, dois pontos devem ser observados quanto às categorias ocupacionais elencadas. Primeiro, num patamar bem inferior, encontram-se aqueles que se declararam servidores públicos. Em 1998, representavam 4,95% do total de eleitos, apresentando queda na eleição seguinte e certa estabilidade desde então. Na eleição de 2010, foi de 3,25%, com peso maior dos servidores

estaduais e federais. O segundo ponto diz respeito à participação crescente do grupo ocupacional “trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca” apesar dos reduzidos percentuais. Merece destaque o fato de que foi o único grupo a apresentar crescimento ao longo das últimas quatro eleições, passando de 2,84% em 1998 para 3,25% em 2010 – formado basicamente por “produtores na exploração agropecuária”.

Tabela 9 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo grupos de ocupação 1998, 2002, 2006 e 2010

Grupo de ocupação	1998	2002	2006	2010
Grupo 0 - Membros das forças armadas, policiais e bombeiros	1,26	0,22	0,86	0,76
Grupo 1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	28,42	36,92	53,46	56,51
11 - Membros superiores e dirigentes do poder público	17,05	24,54	43,63	47,61
12 - Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)	3,58	9,36	8,10	7,59
14 - Gerente	7,79	3,01	1,73	1,30
Grupo 2 - Profissionais das Ciências e das Artes	41,58	38,21	32,07	24,62
20 - Pesquisadores e profissionais policientíficos	0,00	0,11	0,00	0,00
21 - Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	4,84	4,20	3,02	3,04
22 - Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	13,47	10,87	9,50	5,86
23 - Profissionais do ensino	3,26	4,95	4,21	3,04
24 - Profissionais das ciências jurídicas	11,26	9,26	7,99	6,62
25 - Profissionais das ciências sociais e humanas	4,95	4,52	4,21	3,80
26 - Comunicadores, artistas e religiosos	3,79	4,31	3,13	2,28
Grupo 3 - Técnico de nível médio	2,63	2,48	1,30	1,19
31 - Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins	0,84	0,65	0,43	0,00
32 - Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins	0,00	0,22	0,11	0,00
35 - Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	1,79	1,51	0,65	0,98
37 - Técnicos de nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos	0,00	0,11	0,11	0,22
Grupos 4 - Trabalhadores de serviços administrativos	0,32	0,32	0,00	0,76
41 - Escriturários	0,11	0,22	0,00	0,76
42 - Trabalhadores de atendimento ao público	0,21	0,11	0,00	0,00
Grupo 5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	0,74	0,86	0,22	0,11
51 - Trabalhadores dos serviços	0,00	0,54	0,22	0,11
52 - Vendedores e prestadores de serviços do comércio	0,74	0,32	0,00	0,00
Grupo 6 - Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	2,84	2,91	2,38	3,25
61 - Produtores na exploração agropecuária	1,58	2,91	2,16	3,25
62 - Trabalhadores na exploração agropecuária	1,26	0,00	0,22	0,00
Grupo 7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	0,00	0,32	0,11	0,00
72 - Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	0,00	0,11	0,00	0,00
76 - Trabalhadores nas indústrias têxtil, do curimento, do vestuário e das artes gráficas.	0,00	0,22	0,00	0,00
78 - Trabalhadores de funções transversais	0,00	0,00	0,11	0,00
Grupo 10 - Servidor público	4,95	3,77	3,35	3,58
Servidor público estadual	3,89	2,37	1,84	1,52
Servidor público federal	0,84	0,65	0,76	1,41
Servidor público municipal	0,21	0,75	0,76	0,65
Grupo 11 - Aposentado	0,53	1,40	0,86	1,19
Aposentado (exceto servidor público)	0,11	0,32	0,32	0,76
Servidor público civil aposentado	0,00	0,54	0,43	0,00
Funcionário público civil aposentado	0,32	0,00	0,00	0,00
Militar reformado	0,11	0,54	0,11	0,43
Não informada	5,58	8,72	0,00	0,00
Outros (1)	11,16	3,88	5,40	8,03
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Nota: (1) foram incluídos em outros: dona de casa, estudante, bolsista, estagiário e assemelhados, fiscal, industrial e ocupante de cargo em comissão.

Fonte: Elaboração própria com dados básicos do Tribunal Superior Eleitoral.

A ocupação é decisiva no momento da disputa eleitoral (SPECK; SACCHET, 2012). Segundo os autores, a ocupação que mais se destaca, positivamente, para o êxito nas eleições é o exercício de cargo político. Em estudo analisando as eleições de 2010, constatam que

quase a metade dos candidatos que já ocupavam cargos eletivos ganhou as disputas eleitorais nesse ano, determinando uma chance cinco vezes maior comparativamente à média de todos os candidatos.

De forma geral, o padrão de distribuição das ocupações dos deputados eleitos pode ser expandido quando analisados separadamente para as grandes regiões do País ou mesmo para homens e mulheres separadamente, entretanto, com algumas especificidades.

Analisando os resultados da última eleição e as ocupações declaradas pelos deputados eleitos constata-se predominância em todas as grandes regiões brasileiras daqueles que se declararam “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes”. Nas regiões Sul e Sudeste, esses percentuais eram de 62,69% e 60,00%, respectivamente, seguido pelas regiões Norte, com 57,14%. Num patamar inferior, mas não menos importante, as regiões Centro Oeste e Nordeste – 52,69% e 51,83%, nessa ordem.

A exemplo do padrão observado nacionalmente, também para as grandes regiões sobressai a acentuada participação daqueles que se declararam “membros superiores e dirigentes do poder público”. Nas regiões Sul e Sudeste, mais da metade dos deputados eleitos encontravam-se nessa categoria (53,73% e 52,08%), seguidos pela região Norte com exatamente metade deles. As regiões Nordeste e Centro Oeste apresentam os menores percentuais, mas não menos importantes, 42,52% e 39,78%.

Mais ainda, deve-se apontar, na última eleição, em primeiro lugar a participação do grupo “profissionais das ciências e das artes” que também se destaca na classificação das ocupações declaradas pelos deputados eleitos, variando entre 20,78% na região Norte a 27,96% na região Centro Oeste; e, em segundo, os percentuais de deputados eleitos que encontra-se classificados na categoria “servidor público” na região Norte (7,14%) e “produtores agropecuários, florestais e da pesca” na região Centro Oeste (5,38%).

No que diz respeito aos diferenciais segundo sexo do candidato eleito, pode-se dizer que, de forma similar, os “profissionais das ciências e das artes” determinam participação expressiva dentre as ocupações declaradas pelos candidatos eleitos com evidente tendência de redução, mais intensamente para os homens. Partindo de patamar bastante similar, cerca de 41,00% dos deputados e deputados declararam, em 1998, ocupações categorizadas no referido grupo. Ao longo do período, a participação relativa foi reduzindo-se, sendo que em 2010 o peso dos “profissionais das ciências e das artes” foi mais elevada para as mulheres (28,33%) do que para os homens (24,06%). Para os deputados, destacam-se os “profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins” e os “profissionais das ciências jurídicas” ao longo de

todo o período – padrão observado para o total dos eleitos. O mesmo não pode ser generalizado para as deputadas, caso em que se verificam alterações ao longo das eleições. Há uma alternância entre as “profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins”, “profissionais do ensino”, “profissionais das ciências jurídicas” e “profissionais das ciências sociais e humanas”, sendo que, na última eleição, destacaram-se os dois primeiros grupos ocupacionais.

Tabela 10 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais do sexo masculino eleitos segundo grupos de ocupação 1998, 2002, 2006 e 2010

Grupo de ocupação	1998	2002	2006	2010
Grupo 0 - Membros das forças armadas, policiais e bombeiros	1,41	0,25	0,98	0,87
Grupo 1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	29,39	39,13	54,89	56,48
11 - Membros superiores e dirigentes do poder público	17,45	25,47	44,74	47,63
12 - Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)	3,75	10,19	8,31	7,36
14 - Gerente	8,20	3,48	1,83	1,50
Grupo 2 - Profissionais das Ciências e das Artes	41,69	37,52	31,66	24,06
20 - Pesquisadores e profissionais policientíficos	0,00	0,12	0,00	0,00
21 - Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	5,15	4,72	3,30	3,24
22 - Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	13,58	10,93	10,02	5,61
23 - Profissionais do ensino	2,81	4,10	3,30	1,87
24 - Profissionais das ciências jurídicas	11,83	9,57	7,70	7,23
25 - Profissionais das ciências sociais e humanas	4,33	3,48	4,16	3,62
26 - Comunicadores, artistas e religiosos	3,98	4,60	3,18	2,49
Grupo 3 - Técnico de nível médio	2,93	2,48	1,34	1,25
31 - Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins	0,94	0,75	0,49	0,00
32 - Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins	0,00	0,25	0,12	0,00
35 - Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	1,99	1,37	0,61	1,00
37 - Técnicos de nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos	0,00	0,12	0,12	0,25
Grupos 4 - Trabalhadores de serviços administrativos	0,23	0,00	0,00	0,75
41 - Escriturários	0,00	0,00	0,00	0,75
42 - Trabalhadores de atendimento ao público	0,23	0,00	0,00	0,00
Grupo 5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	0,82	0,99	0,12	0,12
51 - Trabalhadores dos serviços	0,00	0,62	0,12	0,12
52 - Vendedores e prestadores de serviços do comércio	0,82	0,37	0,00	0,00
Grupo 6 - Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	3,04	3,35	2,57	3,62
61 - Produtores na exploração agropecuária	1,64	3,35	2,32	3,62
62 - Trabalhadores na exploração agropecuária	1,41	0,00	0,24	0,00
Grupo 7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	0,00	0,25	0,12	0,00
72 - Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	0,00	0,12	0,00	0,00
76 - Trabalhadores nas indústrias têxtil, do curimento, do vestuário e das artes gráficas.	0,00	0,12	0,00	0,00
78 - Trabalhadores de funções transversais	0,00	0,00	0,12	0,00
Grupo 10 - Servidor público	4,10	3,85	3,06	3,24
Servidor público estadual	3,40	2,48	1,47	1,37
Servidor público federal	0,59	0,62	0,86	1,37
Servidor público municipal	0,12	0,75	0,73	0,50
Grupo 11 - Aposentado	0,35	1,12	0,73	1,25
Aposentado (exceto servidor público)	0,12	0,12	0,37	0,75
Servidor público civil aposentado	0,00	0,37	0,24	0,00
Funcionário público civil aposentado	0,12	0,62	0,00	0,00
Militar reformado	0,12	0,00	0,12	0,50
Não informada	5,74	7,83	0,00	0,00
Outros (1)	10,30	3,23	4,52	8,35
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Nota: (1) foram incluídos em outros: dona de casa, estudante, bolsista, estagiário e assemelhados, fiscal, industrial e ocupante de cargo em comissão.

Fonte: Elaboração própria com dados básicos do Tribunal Superior Eleitoral.

Na mesma direção, os “profissionais das ciências e das artes” perdem peso relativo para os “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse político e de empresas e gerentes” tanto para os deputados como para as deputadas,

destacando-se, novamente, o significativo crescimento da participação do referido grupo ao longo das últimas quatro eleições – mais significativamente para as deputadas – e também pela importância relativa observada no ano de 2010 – nesse último ano, com percentuais praticamente iguais.

Tabela 11 – Brasil: Percentual de Deputadas Estaduais e Distritais do sexo feminino eleitas segundo grupos de ocupação 1998, 2002, 2006 e 2010

Grupo de ocupação	1998	2002	2006	2010
Grupo 0 - Membros das forças armadas, policiais e bombeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Grupo 1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	19,79	22,58	42,59	56,67
11 - Membros superiores e dirigentes do poder público	13,54	18,55	35,19	47,50
12 - Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)	2,08	4,03	6,48	9,17
14 - Gerente	4,17	0,00	0,93	0,00
Grupo 2 - Profissionais das Ciências e das Artes	40,63	42,74	35,19	28,33
20 - Pesquisadores e profissionais policientíficos	0,00	0,00	0,00	0,00
21 - Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	2,08	0,81	0,93	1,67
22 - Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	12,50	10,48	5,56	7,50
23 - Profissionais do ensino	7,29	10,48	11,11	10,83
24 - Profissionais das ciências jurídicas	6,25	7,26	10,19	2,50
25 - Profissionais das ciências sociais e humanas	10,42	11,29	4,63	5,00
26 - Comunicadores, artistas e religiosos	2,08	2,42	2,78	0,83
Grupo 3 - Técnico de nível médio	0,00	2,42	0,93	0,83
31 - Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins	0,00	0,00	0,00	0,00
32 - Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins	0,00	0,00	0,00	0,00
35 - Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	0,00	2,42	0,93	0,83
37 - Técnicos de nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos	0,00	0,00	0,00	0,00
Grupos 4 - Trabalhadores de serviços administrativos	1,04	2,42	0,00	0,83
41 - Escriturários	1,04	1,61	0,00	0,83
42 - Trabalhadores de atendimento ao público	0,00	0,81	0,00	0,00
Grupo 5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	0,00	0,00	0,93	0,00
51 - Trabalhadores dos serviços	0,00	0,00	0,93	0,00
52 - Vendedores e prestadores de serviços do comércio	0,00	0,00	0,00	0,00
Grupo 6 - Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	1,04	0,00	0,93	0,83
61 - Produtores na exploração agropecuária	1,04	0,00	0,93	0,83
62 - Trabalhadores na exploração agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Grupo 7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	0,00	0,81	0,00	0,00
72 - Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	0,00	0,00	0,00	0,00
76 - Trabalhadores nas indústrias têxtil, do curimento, do vestuário e das artes gráficas.	0,00	0,81	0,00	0,00
78 - Trabalhadores de funções transversais	0,00	0,00	0,00	0,00
Grupo 10 - Servidor público	12,50	3,23	5,56	5,83
Servidor público estadual	8,33	1,61	4,63	2,50
Servidor público federal	3,13	0,81	0,00	1,67
Servidor público municipal	1,04	0,81	0,93	1,67
Grupo 11 - Aposentado	2,08	3,23	1,85	0,83
Aposentado (exceto servidor público)	0,00	1,61	0,00	0,83
Servidor público civil aposentado	0,00	1,61	1,85	0,00
Funcionário público civil aposentado	2,08	0,00	0,00	0,00
Militar reformado	0,00	0,00	0,00	0,00
Não informada	4,17	14,52	0,00	0,00
Outros (1)	18,75	8,06	12,04	5,83
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Nota: (1) foram incluídos em outros: dona de casa, estudante, bolsista, estagiário e assemelhados, fiscal, industrial e ocupante de cargo em comissão.

Fonte: Elaboração própria com dados básicos do Tribunal Superior Eleitoral.

Apesar dos percentuais menos significativos e comportamento de redução ao longo das eleições, os servidores públicos ainda se destacavam dentre as ocupações declaradas,

principalmente para as deputadas. No ano de 1998 representavam 4,10% e 12,50% para deputados e deputadas, passando, em 2010, para 3,24% e 5,83%, respectivamente.

Merece destaque o fato de que a crescente participação do grupo ocupacional “trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca” destacada para o total dos eleitos deve-se preponderantemente aos deputados eleitos – o mesmo não pode ser observado para as deputadas. Apesar de não determinar comportamento evidentemente crescente nas quatro últimas eleições, tem sua participação relativa aumentada entre 1998 e 2002 e entre 2006 e 2010.

Há ainda um viés importante quando se investiga a ocupação do político eleito para as casas legislativas. A possibilidade da reeleição cria a “carreira parlamentar”. Assim, ao informar sua ocupação, os deputados identificam-se como membros das casas legislativas.

Para deputados e deputadas, observa-se também a significativa participação daqueles que se declararam “membros superiores e dirigentes do poder executivo e legislativo” – constituído basicamente de deputados e vereadores, havendo grande similaridade de valores percentuais.

Considerações finais

A análise do perfil dos eleitos para as casas legislativas estaduais, no período compreendido entre 1998 e 2010, revela dados que conduzem a algumas constatações de relevo para a ampliação do debate sobre democracia representativa no Brasil.

A partir da pesquisa, constatou-se como padrão nacional apurado no período compreendido, o seguinte perfil de candidatos escolhidos pelos eleitores brasileiros: sexo masculino, idade próxima a 50 anos, escolaridade superior completo e ocupação declarada na categoria “membros superiores e dirigentes do poder executivo e legislativo”.

No que tange ao gênero, a despeito de a composição do eleitorado brasileiro ter se revertido no hiato de gênero, passando as mulheres a representarem a maioria dos votantes em todas as faixas etárias, no perfil do eleito, as mulheres continuam sub-representadas, demonstrando certa desigualdade no campo político que também é reflexo de desigualdade no campo social e econômico.

A relevância da constatação não é apenas o discurso da igualdade entre homens e mulheres, mas, principalmente, a percepção de que a presença de mulheres nas instituições políticas impacta a formação das agendas temáticas decisórias. Pesquisas mostraram que a atuação política institucional feminina, em comparação com a masculina, tende, de forma

geral, a priorizar determinados grupos – como crianças, idosos, portadores de necessidades especiais e as próprias mulheres, o que impacta em agendas mais voltadas à realização de direitos fundamentais.

Quanto ao incremento na idade dos eleitos, apurou-se que, tanto para os deputados como para as deputadas, a idade média aumentou durante o período. Análise mais aprofundada dos dados relativos à idade podem demonstrar tanto reflexo da pirâmide etária brasileira, como outras correlações ainda em levantamento.

A tendência de aumento na escolaridade, considerando-se o conjunto dos candidatos eleitos pode ser explicada como questão de demanda dos partidos que eventualmente podem preferir candidatos com nível educacional mais elevado, posto que escolaridade denota habilidade, capacidade e prestígio social. Não se podendo olvidar que estudos sobre participação política mostram que a educação é um dos principais requisitos para o ativismo, pois proporciona conhecimento e interesse político.

Considerando os levantamentos referentes à ocupação, a literatura especializada indica que as profissões que aperfeiçoam as habilidades de expressão, de convencimento, de sedução, de argumentação e da arte oratória, são instrumentos essenciais para conquistar adeptos e assegurar posição de liderança entre os próprios integrantes da classe política.

Por fim, tem-se a constatação de que há uma tendência à profissionalização na carreira da representação legislativa pode significar um maior ativismo ou mesmo o amadurecimento político da sociedade brasileira.

Ressalte-se, por fim, que o objetivo do trabalho foi o de identificar o perfil dos representantes eleitos para as Assembleias Legislativas do Brasil. A investigação e explicação das razões que conduzem a esse perfil deve ser objeto de outros estudos específicos para cada variável analisada (idade, sexo, escolaridade e ocupação). Mesmo assim, ainda se aventaram aspectos capazes de indicar os fenômenos que podem levar à confirmação do perfil de representantes eleitos ora apresentado. Essas são provocações propositalmente feitas para instigar o debate e a pesquisa em torno de tema que perpassa visceralmente o sistema político brasileiro.

PROFILE OF THE ELECTED REPRESENTATIVES TO THE BRAZILIAN LEGISLATIVE ASSEMBLIES

ABSTRACT: This article aims to characterize and compare the evolutionary profile of the elected representatives of the state legislature during the period between 1998 and 2010,

analyzing the profile of the state and district representatives elected to the Legislative Assemblies considering demographic information on gender and age; and social information about education level and occupation using the documental database from the Supreme Electoral Tribunal (TSE). The analysis of the elected profile reveals relevance peculiarities to the debate on the extension of representative democracy in Brazil. Analyzing the results of the elections held in 1998, 2002, 2006 and 2010, the research shows the predominance of the following profile of the representatives of chosen candidates by the Brazilian voters: male, aged around 50 years, with college education and occupation declared in category "top members and leaders of the Power Executive and Legislative ", i.e. reelected.

KEYWORDS: *Parliament's profile. Legislative's Assemblies profile. Elected profile.*

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D; CAVENAGHI, S. M. O paradoxo entre a maior inserção social das mulheres e a baixa participação feminina nos espaços de poder: refazendo a política de cotas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST29/Alves-Cavenaghi%20_29.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.

BOLOGNESI, B. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? **Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política**, Curitiba, v.1, n.2, p.113-129, 2012. Disponível em <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-parana-eleitoral-revista-2-artigo-1-bruno-bolognesi>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRAGA, M. do S. S.; VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à câmara dos deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.24, n.70, p.123-142, jun. 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação brasileira de ocupações: CBO – 2010**. 3.ed. Brasília, 2010. v.1.

COSTA, A. A. A. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBa, 1998. (Coleção Bahianas; 02).

FEITOSA, F. A participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatos e eleitos. In: ALVES, J. E. D; PINTO, C. R. J; JORDÃO, F. (Coord.). **Mulheres nas eleições 2010**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política, 2012. p.139-166.

MAGALHÃES, J. L. Q. de. **Direito constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002. Tomo II.

MATOS, M. **Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres novos horizontes para 2010?** 2009. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca/marlise.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

NICOLAU, J. Como controlar o representante? considerações sobre as eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.45, n.2, p.219-236, 2002.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. Political recruitment: gender, race and class in the British Parliament. Cambridge: Cambridge University Press. 1995.

OLIVERIA, K. P. A trajetória da mulher na política brasileira: as conquistas e a persistência de barreiras. **Texto para discussão**. Disponível em: <<http://eg.fjp.mg.gov.br/index.php/publicacoes/textos-para-discussao/167-textos-publicados-em-2013/2013-a-trajetoria-da-mulher-na-politica-brasileira-as-conquistas-e-a-persistencia-de-barreiras>>. Acesso em: 29 maio 2013.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano. **Sustentabilidade e equidade**: um futuro melhor para todos. 2011. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2011/download/pt/>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

RANNEY, A. **Pathways to parliament**: candidate selection in Britain. Madison and Milwaukee: The University of Wisconsin Press, 1965.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologias e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTANA, L. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, n.16, p.130-155, jul./dez. 2008.

SANTOS, F.; ALMEIDA DE PAULA, C.; SEABRA, J. Cotas e movimentos sociais nas estratégias partidárias de inserção das mulheres na vida parlamentar: os casos do Rio de Janeiro e Ceará nas eleições 2010 para a Câmara dos Deputados. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Coord.). **Mulheres nas eleições 2010**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política, 2012. p. 283-314.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2002.

SILVEIRA, A. O perfil do poder legislativo da capital e dos Estado do Mato Grosso (1983-2004). **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v.17, n.34, p.271-299, out. 2009.

SOCIAL WATCH. Desenvolvimento sustentável: o direito a um futuro. **Relatório Social Watch**, Montevideo, 2012. Disponível em: <http://www.socialwatch.org/sites/default/files/FES_Programm_WSF_2012.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013.

SPECK, B. W.; SACCHET, T. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Org.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: Associação Brasileira de Ciência Política, 2012. p.167-206.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR [IPU]. **Posição dos países quanto à participação da mulher nas casas legislativas**. 2012. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif311212.htm>>. Acesso em: 19 fev. 13.